



ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 DE JUNHO DE 2021

Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2021

Índice

Relatório de administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias.....	06
Balancos patrimoniais.....	10
Demonstrações dos resultados e outros resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	14
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	16

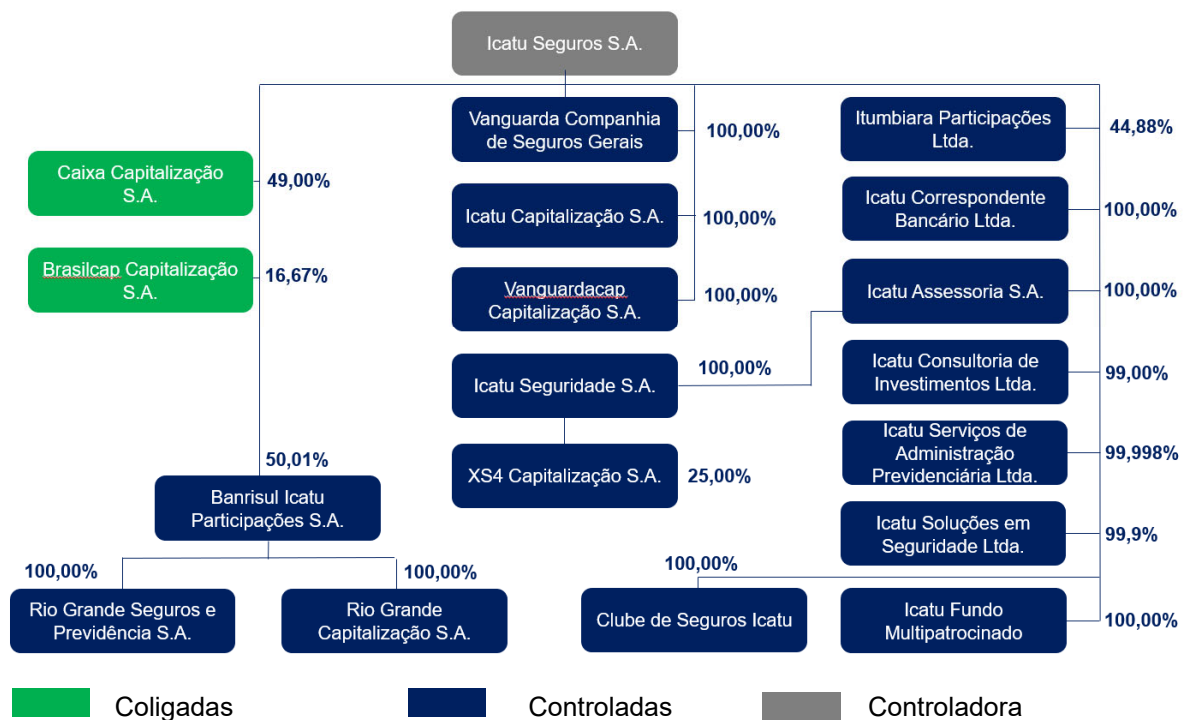
RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

1) Contexto Geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da Icatu Capitalização S.A. (Companhia), relativas aos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e aos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes.

Nessas Demonstrações, a Icatu Capitalização S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, a qual a Companhia faz parte, conforme demonstrado a seguir:



2) Pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID-19, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021. Conforme relatado nas notas explicativas, a Companhia vem gerenciando a liquidez da Companhia, de forma a garantir que todos os compromissos assumidos sejam cumpridos. Adicionalmente, a Companhia vem tomando medidas protetivas para a saúde e bem-estar de seus funcionários.

3) Transferência de Carteira

A Companhia firmou o contrato de transferência da carteira de capitalização com a Rio Grande Capitalização S.A. (RGCAP), para os produtos tradicionais, constituída apenas pelos títulos

comercializados no balcão de vendas do Banrisul, em setembro de 2020. O contrato firma o direito da RGCAP de comercializar, com exclusividade, produtos de capitalização através dos canais de venda do banco por um período de vinte anos. A RGCAP iniciou as operações em setembro de 2019 com os produtos de incentivo e na data acima com os produtos tradicionais.

4) Desempenho

Operação

As receitas líquidas da Companhia, no primeiro semestre de 2021, foram de R\$144.233 mil (R\$186.140 mil no mesmo período do ano anterior), representando uma redução de 22,5%. A arrecadação foi de R\$ 813.988 mil, nos seis primeiros meses de 2021 (R\$892.698 mil no mesmo período de 2020), representando uma redução de 8,8%, os sorteios representaram R\$32.369 mil no primeiro semestre de 2021 (R\$30.697 mil no mesmo período do ano anterior), representando um acréscimo de 5,5%, e os custos de aquisição foram de R\$47.565 mil no primeiro semestre de 2021 (R\$51.193 mil no mesmo período do ano anterior), que representa uma redução de 7,1 %.

A transferência de carteiras, explicada no item 3, tem impacto relevante nos comportamentos dos números em uma análise comparativa. Esses mesmos impactos são observados nas despesas administrativas, a seguir.

Despesas Administrativas, Resultado Financeiro e Solvência

No primeiro semestre de 2021, as despesas administrativas ocorridas foram de R\$ 83.354 mil (R\$ 101.095 mil, no mesmo período de 2020), representando uma redução de 13,2%. As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras eram de R\$29.217 mil (despesas financeiras líquidas das receitas financeiras de R\$68.132 mil em 30/06/2020). Na nota explicativa 1.2, que fala sobre "Impactos da pandemia de COVID-19", há maiores detalhes sobre a evolução da economia e o impacto do resultado financeiro.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações posteriores. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 159.980 mil, em 30/06/2021 (R\$ 235.224 mil em 31/12/2020), 141% de suficiência de capital (178% em 31/12/2020).

5) Novos negócios

Em continuidade com a estratégia de expansão em todas as linhas que atua, o Grupo Icatu firmou acordo com a Caixa Econômica Federal (CEF) para a criação da empresa XS4 Capitalização S.A. (XS4), que a Icatu Seguridade S.A. controla com 25% de participação total e 50,01% do capital votante. A XS4 terá exclusividade de vinte anos na distribuição dos produtos de capitalização nas agências e correspondentes bancários da CEF. A XS4 começou a operar no final do mês de junho de 2021.

A Icatu Seguridade S.A. é controlada integral e indireta da Icatu Seguros S.A., que também controla integral e diretamente a Companhia. A XS4 é um novo negócio que adiciona mais força ao segmento de capitalização do Grupo Icatu.

6) ASG – Ambiental, Social e Governança

Nos primeiros meses de 2021, em sua contribuição à sociedade, a Companhia retornou à sociedade, R\$ 51.890 mil (R\$ 61.202 mil em 2020) em verbas salariais aos colaboradores, R\$ 7.242 mil (R\$ 9.941 mil em 2020) pagos à serviços de parceiros terceirizados, R\$ 7.267 mil (R\$ 8.700 mil em 2020) em tributos indiretos e R\$ 10.649 mil (R\$ 102 mil) em tributos diretos.

A política de recursos humanos tem proporcionado ao Grupo Icatu figurar entre as melhores em seu ramo de atuação, sendo reconhecida por seus funcionários pelo sexto ano consecutivo – como uma das melhores empresas para se trabalhar, no ranking Great Place to Work (GPTW).

O Grupo Icatu conquistou o primeiro lugar, na categoria Seguradora, segundo anuário da Revista Época 360°. O ranking Época 360° avalia as principais empresas do país em seis dimensões: Desempenho Financeiro, Pessoas, Sustentabilidade, Governança Corporativa, Inovação e Visão de Futuro.

O Grupo Icatu recebeu, ainda, a primeira posição no ranking das melhores empresas em satisfação do cliente do mercado segurador, promovido pelo Instituto MESC. O levantamento avaliou mais de 6.500 empresas de 45 segmentos do mercado, a partir de mais de dois milhões de opiniões de consumidores de todo o País.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa. O Grupo Icatu possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias.

7) Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras individuais e consolidada, há vários anos, e o contrato foi renovado por mais um ano.

8) Agradecimentos

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer à sua equipe de funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2021.
A Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Administradores e Acionistas da
Icatu Capitalização S.A.
Rio de Janeiro – RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Icatu Capitalização S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.13 e 14 às demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia possui as seguintes provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização: Provisão para Resgates ("PR") e Provisão para Sorteios a Realizar ("PSR").</p> <p>A PR é mensurada com base em metodologia que considera a aplicação do percentual de quotas, definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária.</p> <p>A PSR é constituída para cobrir os sorteios não realizados mas que já foram custeados. Portanto, requer julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros.</p> <p>Devido à relevância quantitativa das referidas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da PSR poderiam causar nas demonstrações financeiras intermediárias, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">- entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da PR e da PSR.- conciliação dos registros analíticos suporte da PR e PSR com os respectivos saldos contábeis.- recálculo, com base em amostragem, da PR de acordo com as condições contratuais.- teste, com base em amostragem, da precisão das bases estatísticas utilizadas no cálculo da PSR, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos contratos.- com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados e a razoabilidade das premissas, tais como persistência, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSR, bem como efetuamos o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados estatísticas. <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideraram as informações relevantes.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Balancos Patrimoniais

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	30/06/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
ATIVO		
CIRCULANTE	1.308.068	1.427.641
Disponível	2.345	19.040
Caixa e Bancos	1.025	6.876
Equivalente de Caixa	Nota 5 1.320	12.164
Aplicações	Nota 5 1.225.847	1.337.508
Créditos das Operações de Capitalização	8.394	19.027
Outros Créditos Operacionais	Nota 6 35.061	27.041
Títulos e Créditos a Receber	22.929	25.025
Títulos e Créditos a Receber	713	48
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 7 19.102	19.099
Outros Créditos	3.114	789
Despesas Antecipadas	192	-
Custos de Aquisição Diferidos	Nota 8 13.300	5.089
Capitalização	13.300	5.089
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.232.144	1.019.695
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.196.246	984.716
Aplicações	Nota 5 1.075.939	856.062
Títulos e Créditos a Receber	119.364	128.654
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 7 38.626	47.811
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 16 80.738	80.843
Outros Valores e Bens	Nota 9 943	-
Ativos de Direitos de uso	943	-
Imobilizado	145	150
Intangível	Nota 10 35.753	34.829
TOTAL DO ATIVO	2.540.212	2.447.336

Balanços Patrimoniais

30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

		30/06/2021	31/12/2020 (Reclassificado)
PASSIVO			
CIRCULANTE		2.292.470	2.192.373
Contas a Pagar		45.596	43.691
Obrigações a Pagar	Nota 11	24.651	28.386
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		6.320	5.976
Encargos Trabalhistas		13.525	8.297
Impostos e Contribuições		1.078	1.016
Outras Contas a Pagar		22	16
Débitos de Operações com Capitalização	Nota 12	7.043	8.412
Depósitos de Terceiros	Nota 13	7.421	2.666
Provisões Técnicas - Capitalização	Nota 14	2.231.563	2.137.604
Provisão para Resgates		2.035.651	1.938.750
Provisão para Sorteio		155.109	156.412
Provisão para Despesas Administrativas		4.888	5.189
Provisão para Bônus		35.915	37.253
Outros Débitos	Nota 9	847	-
Passivos de Arredamento		847	-
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		89.672	96.857
Contas a Pagar		85.909	93.608
Obrigações a Pagar	Nota 11	17.832	25.288
Tributos Diferidos		-	511
Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais	Nota 16	68.077	67.809
Outros Débitos		3.763	3.249
Provisões Judiciais	Nota 16	3.734	3.249
Passivos de Arredamento	Nota 9	29	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 17	158.070	158.106
Capital Social		166.484	166.484
Reservas de Lucros		18.129	18.129
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.194)	762
Prejuízos Acumulados		(32.358)	-
Lucro/ (Prejuízo) Líquido para período		7.009	(27.269)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.540.212	2.447.336

Demonstrações dos Resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro/(prejuízo) líquido por ação)

		30/06/2021	30/06/2020 (Reclassificado)
Arrecadação com Títulos de Capitalização		813.988	892.698
Varição da Provisão para Resgate		(669.755)	(706.558)
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	Nota 21 a)	144.233	186.140
Variações das Provisões Técnicas		(1.773)	(8.438)
Resultado com Sorteio	Nota 21 b)	(32.369)	(30.697)
Custo de Aquisição	Nota 21 c)	(47.565)	(51.193)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	Nota 21 d)	14.717	14.081
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		77.243	109.893
Despesas Administrativas	Nota 21 e)	(83.354)	(96.006)
Despesas com Tributos	Nota 21 f)	(7.638)	(8.802)
Resultado Financeiro	Nota 21 g)	29.217	(68.132)
RESULTADO OPERACIONAL		15.468	(63.047)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		15.468	(63.047)
Imposto de Renda	Nota 22	(7.633)	21.263
Contribuição Social	Nota 22	(2.645)	10.654
Participações Sobre o Lucro	Nota 22	1.819	(4.505)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE		7.009	(35.635)
Quantidade de Ações		765.894.586	765.894.586
Lucro/(Prejuízo) Líquido do semestre por ação - R\$		0,02	(0,05)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	30/06/2021	30/06/2020 Reclassificado
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE	7.009	(35.635)
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(1.194)	(71)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(1.983)	(111)
Imposto sobre o ganho/perda originado(a) no semestre	793	44
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas e controladas	(4)	(4)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	5.815	(35.706)



Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de capital em Aprovação	RESERVAS DE LUCROS		Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados (Reclassificado)	Total (Reclassificado)
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2019	86.484	-	17.297	832	(4)	-	104.609
Aumento de Capital em Aprovação	-	80.000	-	-	-	-	80.000
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	(67)	-	(67)
Prejuízo Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	(35.635)	(35.635)
Saldos em 30 de junho de 2020	86.484	80.000	17.297	832	(71)	(35.635)	148.907
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reclassificado)	166.484	-	17.297	832	762	(27.269)	158.106
Ajuste de Prática Contábil	-	-	-	-	-	(5.089)	(5.089)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	166.484	-	17.297	832	762	(32.358)	153.017
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	-	-	-	-	(1.956)	-	(1.956)
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	7.009	7.009
Saldos em 30 de junho de 2021	166.484	-	17.297	832	(1.194)	(25.349)	158.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	30/06/2021	30/06/2020 (Reclassificado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre	7.009	(35.635)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	2.823	2.097
Variação das Provisões Técnicas	729.729	1.483.540
Variação de Impostos Sobre o Lucro	6.791	7.676
Variação nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(108.216)	(771.990)
Créditos das Operações de Capitalização	10.633	(2.144)
Créditos Tributários e Previdenciários	(3)	(8.408)
Ativo Fiscal Diferido	9.185	(31.962)
Depósitos Judiciais e Fiscais	105	91.443
Custos de Aquisição Diferidos	(13.300)	(5.089)
Outros Valores e Bens	(1.257)	-
Outros Ativos	(11.201)	(11.657)
Outras Contas a Pagar	(5.856)	(95.259)
Débitos de Operações com Capitalização	(1.369)	(534)
Depósitos de Terceiros	4.755	1.399
Provisões Técnicas – Capitalização	(635.770)	(675.909)
Outros Débitos - Provisões Judiciais	485	36
Outros Passivos	(1.079)	79.933
Caixa Líquido Consumido/ Gerado pelas Operações	(6.537)	27.537
Imposto sobre o lucro pagos	(6.729)	(5.256)
Caixa Líquido Consumido/ Gerado nas Atividades Operacionais	(13.266)	22.281
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Imobilizado e Intangível	(3.429)	(12.913)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(3.429)	(12.913)
(Redução)/ Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(16.695)	9.368
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	19.040	10.230
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	2.344	19.598

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Icatu Capitalização S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados “SUSEP” a operar em todas as unidades da federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Nessas demonstrações financeiras intermediárias, a Icatu Capitalização S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros e suas controladas.

A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. (“Icatu Seguros”) que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda.

1.1. Reclassificação

A Companhia passou a diferir os custos de aquisição referentes a uma operação de venda de títulos de capitalização, que teve início em 25/07/2018, tornando-se relevante a partir de 2021, e que ocorre com um parceiro estratégico determinado, com as características descritas na Circular SUSEP nº 517/2015, como o controle operacional sobre o custo de cada venda, cuja alocação é direta e incremental. Esses custos são diferidos por oitenta e quatro meses, prazo definido nas condições contratuais.

Em 2021, o impacto dessa operação nas Demonstrações apresentadas foi de R\$13.300 e aumentou a conta de Custos de Aquisição Diferidos, no balanço patrimonial e reduziu a conta de Despesa Administrativa, na demonstração do resultado. Consequentemente aparece refletida na rubrica Lucro Líquido do Semestre, no patrimônio líquido. No ano comparativo anterior, o efeito foi o seguinte:

Efeito nas Demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	31/12/2020		
	Originalmente publicado	Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Aplicações	2.193.570		2.193.570
Custos de Aquisição Diferidos	-	5.089 (a)	5.089
Outros	248.677		248.677
	2.442.247	5.089	2.447.336
Passivo			
Circulante e Não Circulante	2.289.230		2.289.230
Patrimônio Líquido			-
Prejuízos Acumulados	(32.358)	5.089 (b)	(27.269)
Outros	185.375		185.375
	2.442.247	5.089	2.447.336

Efeito nas Demonstrações dos Resultados e Resultados Abrangentes do semestre findo em 30 de junho de 2020

	30/06/2020		
	Originalmente publicado	Ajuste	Reapresentado
Resultado das Operações de Capitalização	109.893		109.893
Despesas Administrativas	(101.095)	5.089 (b)	(96.006)
Outros	(76.934)		(76.934)
Resultado Operacional	(68.136)		(63.047)
Tributos	31.917		31.917
Participações sobre o Lucro	(4.505)		(4.505)
Lucro Líquido do Semestre	(40.724)	5.089	(35.635)

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2020		
	Originalmente publicado	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido do Semestre	(40.724)	5.089 (a)	(35.635)
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas	(71)		(71)
	(40.795)	5.089	(35.706)

Efeito nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa do semestre findo em 30 de junho de 2020

	30/06/2020		
	Originalmente publicado	Ajuste	Reapresentado
Lucro Líquido do Semestre	(40.724)	5.089 (a)	(35.635)
Ajustes ao Lucro	1.493.313		1.493.313
Varição das contas patrimoniais	(1.425.052)		(1.425.052)
Custos de Aquisição Diferidos	-	(5.089)	(5.089)
Caixa Consumido nas Operações	27.537		27.537
Tributos Sobre o Lucro, pagos	(5.256)		(5.256)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	22.281		22.281
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimentos	(12.913)		(12.913)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamentos	-		-
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.368	-	9.368

- (a) Custos de aquisição diferidos durante o ano de 2020 e reclassificados da conta de Despesa Administrativa para a rubrica de Custos de Aquisição Diferidos. Esses custos serão alocados ao resultado, pelo prazo contratual, em oitenta e quatro meses.
- (b) Ao término do ano de 2020, o resultado foi deliberado, tendo a receita gerada por essa reclassificação, alocada as Reservas de Lucros.

1.2. Impactos da pandemia de COVID-19

A pandemia da COVID-19, no Brasil, teve o quadro agravado no primeiro semestre de 2021. As autoridades governamentais adotaram medidas mais rígidas relacionadas às restrições de circulação nos estados e municípios frente ao agravamento da pandemia.

No resultado financeiro, a volatilidade dos instrumentos financeiros no primeiro semestre de 2021, refletindo as incertezas sobre o futuro da recuperação da economia e o risco fiscal embutido, impactou na marcação de mercado dos ativos classificados como “Valor Justo por Meio do Resultado” bem como na variação no patrimônio líquido daqueles ativos marcados como “Disponíveis para Venda”, quando aplicável. A taxa básica de juros aumentou três vezes consecutivas até o final de junho, encerrando o semestre em 4,25% ao ano. O ano começou com a taxa a 2,00% ao ano e em março o Comitê de Política Monetária “COPOM” iniciou o aumento da taxa que afeta positivamente os instrumentos financeiros indexados ao CDI e SELIC. Em contrapartida, os instrumentos financeiros com taxas de juros pré-fixadas foram impactados negativamente pela abertura das curvas de juros. Ainda, os instrumentos financeiros indexados à inflação foram afetados pela elevação do IPCA observada ao longo deste ano. Cabe destacar que a estratégia de investimentos em instrumentos financeiros indexados à inflação impactou de forma positiva o resultado do primeiro semestre do ano.

Em relação a seus funcionários, o Grupo Icatu, o qual a Companhia faz parte, vem tomando decisões firmadas sobre os melhores protocolos, para garantir a saúde física e mental de seu quadro. Desde o início da pandemia, o Grupo Icatu já fez movimentos de retomadas, cumprindo todos os protocolos recomendados pelo Ministério da Saúde.

A Companhia vem monitorando atentamente o comportamento da pandemia nos cenários nacional e internacional, na certeza de que seu modelo de negócios e a solidez de seus processos reforçam o adequado monitoramento e aderência necessária as adaptações que o momento incomum requer. Adicionalmente, o sólido relacionamento construído com seus parceiros comerciais, a resiliência e dedicação dos colaboradores, garantem à Companhia e

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a todo o Grupo Icatu a certeza de continuarem cuidando de pessoas com a qualidade diferenciada de sempre, na certeza de garantir aos seus segurados uma ótima qualidade de “vida, pra toda vida”.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras intermediárias “Demonstrações” foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da SUSEP, Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados “CNSP”, suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis “CPC” quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”.

As Demonstrações são apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 30 de agosto de 2021.

2.1. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e Equivalente de Caixa.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Instrumentos financeiros disponíveis para venda.
- Instrumentos financeiros derivativos.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.2. Moeda Funcional e de Apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas demonstrações financeiras intermediárias são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência em contrapartida às contas patrimoniais explicadas à frente. Adicionalmente, os seguintes esclarecimentos são importantes no entendimento dessas demonstrações financeiras intermediárias:

A receita com títulos de capitalização de pagamento único é registrada integralmente quando da emissão dos respectivos títulos

A receita com títulos de capitalização de pagamento mensal é registrada conforme abaixo:

- Primeira mensalidade quando da respectiva emissão;
- Demais mensalidades quando do efetivo recebimento.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como “Custo de aquisição”, são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de classificar como ativo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a “valor justo por meio do resultado” estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os Pronunciamentos Técnicos nºs 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de

Instrumentos Financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado.

A Companhia não tem derivativos nos períodos apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias.

3.4.2. Disponíveis para a venda

Os instrumentos financeiros “disponíveis para a venda” são contabilizados a valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e reconhecidos no resultado. As oscilações no valor de mercado dos instrumentos financeiros ainda em poder da Companhia, são registradas contabilmente em conta própria do Patrimônio Líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários, e as contrapartidas são refletidas em Resultados Abrangentes. Quando os instrumentos financeiros são realizados ou seus valores recuperáveis apresentam redução, a apropriação é feita diretamente no resultado, em contrapartida a conta específica do Patrimônio Líquido.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esses instrumentos financeiros, como determina a norma, são categorizados por exclusão, pois não se enquadram na definição das categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis”.

3.4.3. Mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria possuem pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e são contabilizados pelo custo amortizado deduzido de qualquer perda. São aqueles que a Companhia tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento.

3.4.4. Empréstimos e Recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas “Crédito das operações”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos a receber”, com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Os depósitos judiciais e fiscais estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais”, no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC e para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela TR + 0,5% (mensal).

3.6. Arrendamentos Mercantis

O Pronunciamento estabelece o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2021. A Companhia analisou todos os contratos de arrendamento e foi identificado 1 contrato de arrendamento, que está enquadrado na categoria: Imóveis. Na avaliação efetuada temos o montante estimado de aproximadamente 1.257 mil nos ativos da companhia.

Em linha com o permitido pela norma, foram desconsiderados do escopo da análise:

- (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e
- (ii) contratos com valores inferiores a U\$D 5 mil (R\$ 20 mil).

A Companhia adotou o CPC 06 R2 em 1º de janeiro de 2021 como referendado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em 22/09/2020. Na transição a Companhia aplicou o CPC 06 (R2), usando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige comparabilidade na apresentação das informações de períodos anteriores. O contrato é capitalizado no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica Ativo de Direito de Uso, pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao Passivo de Arrendamento, segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um spread de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um rating sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como spread de risco:

- Utilizamos como rating, um grau de investimento para a Icatu, para assim, utilizar os spreads disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o Capital Rate do imóvel da matriz como spread.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato.

Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

Os impactos da adoção do CPC 06 (R2) no balanço patrimonial:	Valores antes da Adoção do CPC 06 em 31/12/2020	Ajuste	Valores Após a adoção do CPC 06 R2 em 01/01/2021
Ativo			
Circulante	1.422.552		1.422.552
Não Circulante	1.019.695		1.019.695
Direito de uso - CPC 06 (R2)	-	1.258	1.258
Total	2.442.247	1.258	2.443.505
Passivo			
Circulante	(2.192.373)		(2.192.373)
Arrendamento Mercantil a Pagar - CPC 06 (R2)	-	(834)	(834)
Não Circulante	(96.857)		(96.857)
Arrendamento Mercantil a Pagar - CPC 06 (R2)	-	(424)	(424)
Patrimônio Líquido	(153.017)		(153.017)
Total	(2.442.247)	(1.258)	(2.443.505)

3.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do bem possa ser mensurado com segurança. Dispêndios com reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear, obedecendo o período de vida útil dos bens, e atualmente representam as seguintes taxas médias: instalações, móveis, máquinas e utensílios – 10% ao ano; equipamentos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% ao ano.

Ganhos e perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, em “Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes”, no resultado do período.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente, pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil de 5 anos à taxa de 20% a.a. para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno e os contratos de direito de exclusividade para a comercialização de produtos nos canais de parcerias, são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato, que hoje está entre 5 e 20 anos (20% a 5% ao ano).

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como “mudanças de estimativas contábeis”. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica “Despesas Administrativas”, no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o seu valor contábil residual e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica “Resultado Patrimonial”, no momento da baixa do ativo.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9. Redução ao valor recuperável

3.9.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

A redução ao valor recuperável dos empréstimos e recebíveis é calculada para os ramos de vida baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência.

As perdas são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período.

3.9.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente.

3.10. Benefícios a Empregados

Através do plano de contribuição variável a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa associamos duas modalidades de incentivos, sendo: incentivo Curto Prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas no ano. No incentivo de Longo Prazo, a parcela compõe a estrutura de remuneração dos Executivos, associando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. O programa de longo prazo prevê a remuneração diferida em 5 anos e duração máxima de 7 anos. A metodologia utilizada leva em consideração o Lucro Líquido antes do Imposto (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

3.11. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras individuais intermediárias. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

Em 01 de março de 2021, foi publicada a MP Nº 1034, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20% a partir de 1º de Julho 2021.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Com aprovação da MP Nº 1034, que altera a Lei nº 7.689/1988 para majorar a alíquota da CSLL de 15% para 20%, a Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 31/12/2021 para sustentar a constituição do crédito tributário diferido.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras individuais intermediárias, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.12. Provisões judiciais

Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, pois cada Tribunal utiliza um índice diferente.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais, que são provisionados independentes da probabilidade de perda. As Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais”, no passivo não circulante, mas as provisões de natureza cível vinculadas a contratos de seguros, estão contabilizadas na “Provisão de Sinistros a Liquidar”, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas, são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são determinados às causas, considerando sua natureza, Tribunal e Região as quais a causa está sendo avaliada.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo.

3.13. Provisões Técnicas

Provisão Matemática para Capitalização

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão para Resgates

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos.

Provisão para Sorteios a Realizar

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

Provisão de Sorteios a Pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

Provisão para Despesas Administrativas (PDA)

A provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas administrativas dos planos de capitalização.

Provisão para Distribuição de Bônus (PDB)

A provisão é constituída para a distribuição de bônus ainda não devidos, quando previsto no plano. A metodologia de cálculo é idêntica à da provisão matemática para capitalização. A parcela correspondente aos bônus já devidos compõe a provisão para resgates.

Prescrição de Títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos. Porém, para casos específicos, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo de prescrição por mais 5 anos.

3.14. Estimativas

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: Valor recuperável dos instrumentos financeiros (nota 5) que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários (nota 7), cálculo das provisões técnicas de capitalização (nota 14), valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 15), bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Essas premissas foram revisadas em 2021 e consideram qualquer agravamento que a pandemia da COVID-19 pudesse provocar. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.15. Novas Normas Contábeis Ainda Não Adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações e não foram adotados antecipadamente:

3.15.1. CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa substituir o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o CPC 38 até 1º de janeiro de 2023.

3.15.2. Resolução CNSP 412 de 30 de junho de 2021

Essa Resolução dispõe sobre provisões técnicas, ativos redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital de risco baseado nos riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado, patrimônio líquido

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ajustado, capital mínimo requerido, plano de regularização de solvência, limites de retenção, critérios para a realização de investimentos, normas contábeis, auditoria contábil e auditoria atuarial independentes e Comitê de Auditoria referentes a sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradores e altera a Resolução CNSP nº 321, de 15/07/2015, modificando critérios para apuração do Patrimônio Líquido Ajustado “PLA” das sociedades seguradoras e sociedades de capitalização, cujos efeitos passarão a vigorar a partir de 1º de dezembro de 2021.

O Grupo Icatu iniciou estudos para quantificar o impacto no PLA das empresas supervisionadas e poderá ter que alterar a composição da carteira de investimentos no segundo semestre de 2021, de modo a reestabelecer o nível de solvência que atenda o apetite de risco definido. O estudo de impacto ainda está em andamento.

3.15.3. Medida Provisória 1034 de 01 de março de 2021

A Medida Provisória altera a Lei nº 7.689/1988 e majora a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20% a partir de 01 de julho de 2021. No caso das seguradoras, a alíquota retorna ao patamar normal de 15%, a partir de 01 de janeiro de 2022 e por isso as estimativas de crédito tributário não foram alteradas, dado que a majoração começa e termina no segundo semestre de 2021.

4. GESTÃO DE RISCO

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) da Icatu Capitalização, conforme definição dada pela Circular SUSEP 521, de 24 de novembro de 2015, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.

Para executar sua função a Companhia nomeia o gestor de riscos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da EGR, bem como pela emissão de relatórios para análise dos comitês de gestão de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor de risco organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos que são constituídos em 4 etapas sendo elas identificação/revisão, mensuração, manutenção e tratamento de riscos. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia utiliza o sistema de controles internos que é composto pelos processos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los. Para isso tais áreas aplicam e monitoram indicadores financeiros para avaliar a saúde financeira da Companhia e avaliar a eficiência do seu funcionamento.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas da Companhia estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

1. Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.
2. Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linha de defesa, conforme melhor explicado abaixo:
 - As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.
 - A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.

ICatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A terceira linha é composta auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas de defesa.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser críticos, severos, moderados e reduzidos.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis de são formalizados como apetite a riscos. Ele é apurado através de simulações num horizonte de 1 ano para os capitais regulatórios (CR) e para o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) utilizando-se cenários base e de stress, com o objetivo de definir o índice de solvência que é capaz de suportar a combinação de cenários de stress.

Todos as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na política de gestão de riscos que é anualmente revisada e aprovada pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a EGR descrita acima atende a todas as empresas do grupo, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

4.1. Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos

4.1.1. Principais Riscos Associados

4.1.1.1. Risco de Crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em “investimentos de alto risco” e “investimentos de Baixo Risco”, conforme rating nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

Em 30/06/2021, R\$ 1.426.822 / 61,95% (R\$ 1.376.546 / 79% em 31/12/2020), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 141.785 (R\$ 312.070 em 31/12/2020).

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três:

Rating	30/06/2021				31/12/2020			
	CDB	Letra Financeira	Debênture	Total	CDB	Letra Financeira	Debênture	Total
AAA	9.708	13.350	4.941	27.999	-	-	4.849	4.849
AA+	32.043	-	-	32.043	-	12.818	-	12.818
AA	12.007	-	-	12.007	22.741	-	-	22.741
AA-	-	-	-	-	2.002	-	-	2.002
A+	-	-	-	-	8.955	-	-	8.955
BB-	-	-	-	-	30.012	-	-	30.012
Total	53.758	13.350	4.941	72.049	63.710	12.818	4.849	81.377

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A redução do volume de aplicações em crédito privado, se deve a estratégia de realizar aplicações nesta categoria de ativos através de fundos de investimentos não exclusivos.

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 649.774 em 30/06/2021 (R\$ 416.359 em 31/12/2020). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos,

privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

4.1.1.2. Risco de Mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro/2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia *EWMA* (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com *Lambda* variando conforme fator de risco.
- (II) *DV01* (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*.
- O fator de decaimento *Lambda* da metodologia *EWMA*.

Fatores de Risco	30/06/2021				31/12/2020			
	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição	DIV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	62	0,89	5.913	175.232	67	0,93	6.027	164.940
Taxa Referencial	6	0,92	539	74.547	13	0,93	771	141.427
IGPM	-	0,98	-	-	0	0,91	-	-
IPCA	1.228	0,99	59.895	1.149.057	1.319	0,99	64.589	1.109.585
Ações	-	0,96	0,95	557	0	0,96	79	556

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1.1.3. Risco de Liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado. A administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em comitê de investimentos.

Vale ressaltar que a Companhia faz um bloqueio em ativos, aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% dos ativos livres líquidos do Capital Mínimo Requerido (CMR), mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	30/06/2021			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e Bancos	1.025	-	-	1.025
Equivalente de Caixa	1.320	-	-	1.320
Aplicações	1.043.731	27.386	1.230.669	2.301.786
Créditos das Operações de Capitalização	8.394	-	-	8.394
Títulos e Créditos a Receber	22.929	119.364	-	142.293
Total de ativos	1.077.399	146.750	1.230.669	2.454.818
Contas a Pagar	45.596	85.909	-	131.505
Provisões Técnicas – Capitalização (a)	1.455.020	383.242	393.301	2.231.563
Débitos de Operações com Capitalização	7.043	-	-	7.043
Depósitos de Terceiros	7.421	-	-	7.421
Total de passivos	1.515.080	469.151	393.301	2.377.532

(a) A classificação das Provisões Técnicas - Capitalização no ativo circulante é devido a carência de doze meses para resgate dos títulos.

Ativos e passivos	31/12/2020			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e Bancos	6.876	-	-	6.876
Equivalente de Caixa	12.164	-	-	12.164
Aplicações	903.520	279.338	1.010.712	2.193.570
Créditos das Operações de Capitalização	17.053	1.974	-	19.027
Títulos e Créditos a Receber	19.936	128.654	-	148.590
Total de ativos	959.549	409.966	1.010.712	2.380.227
Contas a Pagar	43.691	93.608	-	137.299
Provisões Técnicas – Capitalização	1.370.189	384.926	382.489	2.137.604
Débitos de Operações com Capitalização	8.412	-	-	8.412
Depósitos de Terceiros	585	2.081	-	2.666
Total de passivos	1.422.877	480.615	382.489	2.285.981

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.1.1.4. Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *compliance*. A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos da Companhia e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de controles internos. O gestor de risco reporta estes resultados a diretoria e ao conselho de administração, se necessário

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia.

Os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de Subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação das arrecadações cobradas, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Risco de sorteio: Implica na possibilidade de a Companhia pagar prêmios de títulos sorteados nos produtos comercializados com séries abertas;
- Risco de persistência: Implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título e;
- Risco da garantia de rentabilidade: Implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;
- Risco das despesas administrativas: Implica na possibilidade de a Companhia ter mais despesas do que receitas oriundas das quotas de carregamento.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

A arrecadação com títulos de capitalização está distribuída nas regiões geográficas, conforme quadro abaixo:

	30/06/2021		30/06/2020	
	R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Centro Oeste	79.865	10%	71.871	8%
Nordeste	48.913	6%	36.792	4%
Norte	77.524	10%	59.247	7%
Sudeste	492.628	61%	414.873	46%
Sul*	115.058	14%	309.915	35%
Total	813.988	100%	892.698	100%

(*) A redução da região "sul" ocorreu devido a transferência de carteira para a Rio Grande Capitalização dos produtos tradicionais em setembro de 2020.

4.1.1.6. Gestão de Capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

4.1.1.7. Riscos Estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõem a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.



Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1. Classificação por Categoria e Faixa de Vencimento

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa: R\$ 1.320 (R\$ 12.164 em 31/12/2020).

Em 30/06/2021, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda é de R\$ 214.391 (R\$ 38.062 em 31/12/2020). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como ajustes de avaliação patrimonial, montam R\$ 1.983 (R\$ 1.276 em 31/12/2020).

Segue demonstração da abertura da carteira:



Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações
<u>I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:</u>								
Notas do Tesouro Nacional – PRÉ	6,57%	-	-	30.120	-	30.120	30.120	1,31%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	151.852	125.867	10.904	288.623	288.623	12,53%
Letras do Tesouro Nacional	4,30%	-	35.238	15.193	-	50.431	50.431	2,19%
Operações Compromissadas	SELIC	-	140.465	-	-	140.465	140.465	6,10%
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		649.774	-	-	-	649.774	649.774	28,21%
Outros		53	12.590	38	(6)	12.676	12.676	0,55%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB		-	53.758	-	-	53.758	53.758	2,33%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - CDI	100% do CDI	-	14.011	-	-	14.011	14.011	0,61%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - SELIC	SELIC	-	39.747	-	-	39.747	39.747	1,73%
Total		649.827	393.903	171.218	10.898	1.225.847	1.225.847	53%
<u>I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado</u>								
- classificado como Equivalente de Caixa:								
Operações Compromissadas		-	1.320	-	-	1.320	1.320	0,06%
Total		-	1.320	-	-	1.320	1.320	0,06%
<u>II. Títulos Disponíveis para Venda:</u>								
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos								
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA+2,67%	-	-	-	8.184	8.184	8.184	0,36%
Notas do Tesouro Nacional – PRÉ	7,16%	-	-	-	27.716	27.716	27.716	1,20%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	-	107.708	68.800	176.508	176.508	7,66%
Total		-	-	107.708	104.700	212.408	212.408	9,22%
<u>III. Mantido Até o Vencimento:</u>								
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos								
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA+5,27%	-	-	-	746.038	746.038	839.147	32,39%
Notas do Tesouro Nacional – PRÉ	6,65%	-	-	-	99.202	99.202	92.016	4,31%
Letra Financeira	111,5% do CDI	-	-	13.350	-	13.350	15.397	0,58%
Debêntures de Distribuição Pública	111,3% do CDI	-	-	4.941	-	4.941	5.408	0,21%
Total		-	-	18.291	845.240	863.531	951.968	37,49%
Total das Aplicações Financeiras		649.827	395.223	297.217	960.838	2.303.106	2.391.543	100%

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

								31/12/2020
	Taxas contratadas	Sem Vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil	Valor de mercado	Percentual contábil das aplicações
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado:								
Notas do Tesouro Nacional – IPCA		-	365	-	-	365	365	0,02%
Notas do Tesouro Nacional – PRÉ	3,72%	-	53.975	32.902	-	86.877	86.877	3,94%
Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	-	40.209	340.249	17.578	398.036	398.036	18,05%
Letras do Tesouro Nacional	3,83%	-	20.504	14.701	-	35.205	35.205	1,60%
Operações Compromissadas	SELIC	-	299.906	-	-	299.906	299.906	13,60%
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos		416.359	-	-	-	416.359	416.359	18,88%
Outros		50	8.443	10.890	-	19.383	19.383	0,88%
Letra Financeira	111,5% CDI	-	-	12.818	-	12.818	12.818	0,58%
Debêntures de Distribuição Pública	111,3% CDI	-	-	4.849	-	4.849	4.849	0,22%
Certificados de Depósitos Bancários a prazo – CDB		-	63.710	-	-	63.710	63.710	2,89%
CDB – CDI	100% CDI	-	24.744	-	-	24.744	24.744	1,12%
CDB – SELIC	SELIC	-	38.966	-	-	38.966	38.966	1,77%
Total		416.409	487.112	416.409	17.578	1.337.508	1.337.508	61%
I. Títulos mensurados ao Valor Justo por Meio de Resultado – classificado como Equivalente de Caixa:								
Operações Compromissadas	SELIC	12.164	-	-	-	12.164	12.164	0,55%
Total		12.164	-	-	-	12.164	12.164	0,55%
II. Títulos Disponíveis para Venda:								
Quotas de Fundos de Investimento – Exclusivos								
Nota do Tesouro Nacional	IPCA+6,18%	-	-	-	39.338	39.338	39.338	1,78%
Total		-	-	-	39.338	39.338	39.338	1,78%
III. Mantido Até o Vencimento:								
Quotas de Fundos de Investimento – Exclusivos								
Notas do Tesouro Nacional – IPCA	IPCA+5,27%	-	-	-	716.543	716.543	881.693	32,49%
Notas do Tesouro Nacional – PRÉ	6,65%	-	-	-	100.181	100.181	102.125	4,54%
Total		-	-	-	816.724	816.724	983.818	37,03%
Total das Aplicações Financeiras		428.573	487.112	416.409	873.640	2.205.734	2.372.828	100,00%

ICatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.2. Movimentação dos Instrumentos Financeiros por Categorias

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.285.721	-	863.879	2.149.600
(+) Aplicações	4.192.828	519.462	355.867	5.068.157
(-) Resgates	(4.174.773)	(445.786)	(494.932)	(5.115.491)
(+) Rendimentos	45.896	(35.615)	91.910	102.191
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	1.277	-	1.277
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	1.349.672	39.338	816.724	2.205.734
(+) Aplicações	698.273	175.005	17.667	890.945
(-) Resgates	(846.804)	(1.424)	(23.201)	(871.429)
(+) Rendimentos	26.026	2.749	52.341	81.116
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(3.260)	-	(3.260)
Saldo final em 30 de junho de 2021	1.227.167	212.408	863.531	2.303.106

5.3. Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2021		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	510.968	716.198	1.227.167
Notas do Tesouro Nacional	30.120	-	30.120
Letras Financeiras do Tesouro	288.623	-	288.623
Letras do Tesouro Nacional	50.431	-	50.431
Operações Compromissadas	141.785	-	141.785
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo – CDB	-	53.758	53.758
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	649.774	649.774
Contratos Futuros	9	22	31
SWAP	-	12.983	12.983
Outras Aplicações	-	(339)	(338)
II. Títulos disponíveis para venda:	212.408	-	212.408
Letras Financeiras do Tesouro	176.508	-	176.508
Notas do Tesouro Nacional	35.900	-	35.900
III. Mantido até o vencimento:	845.240	18.291	863.531
Letra Financeira	-	13.350	13.350
Notas do Tesouro Nacional	845.240	-	845.240
Debênture	-	4.941	4.941
Total (I + II + III)	1.568.616	734.489	2.303.106

	31/12/2020		
	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:	831.564	518.108	1.349.672
Notas do Tesouro Nacional	87.242	-	87.242
Letras Financeiras do Tesouro	398.036	-	398.036
Letras do Tesouro Nacional	34.216	989	35.205
Letra Financeira	-	12.818	12.818
Operações Compromissadas	312.070	-	312.070
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo – CDB	-	63.710	63.710
Debênture	-	4.849	4.849
Fundos de Investimento Não Exclusivos	-	416.359	416.359
SWAP	-	19.784	19.784
Outras Aplicações	-	(401)	(401)
II. Títulos disponíveis para venda:	39.338	-	39.338
Notas do Tesouro Nacional	39.338	-	39.338
III. Mantido até o vencimento:	816.724	-	816.724
Notas do Tesouro Nacional	816.724	-	816.724
Total (I + II + III)	1.687.626	518.108	2.205.734

5.4. Instrumentos Financeiros Derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas não refletem no resultado da Companhia, uma vez que o impacto é de igual valor nas provisões técnicas da Companhia.

O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3.

Em 30/06/2021 e 31/12/2020, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e *swap* contratados em mercado de balcão organizado:

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30/06/2021

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo
DI1	Vendido	jul/21	CDI	281	28.084	Hedge Taxa pré-fixada
DI1	Vendido	jan/23	CDI	68	6.092	Hedge Taxa pré-fixada
DI1	Comprado	jan/27	CDI	4	250	Hedge Taxa pré-fixada
DI1	Vendido	jul/22	CDI	110	10.281	Hedge Taxa pré-fixada
DI1	Comprado	abr/22	CDI	151	14.397	Hedge Taxa pré-fixada
DI1	Vendido	jan/22	CDI	236	22.930	Hedge Taxa pré-fixada
DI1	Comprado	jan/29	CDI	14	730	Hedge Taxa pré-fixada
DI1	Comprado	out/21	CDI	69	6.767	Hedge Taxa pré-fixada
DI1	Vendido	jul/23	CDI	131	11.359	Hedge Taxa pré-fixada
DI1	Vendido	jan/25	CDI	183	13.944	Hedge Taxa pré-fixada
DI1	Comprado	jan/24	CDI	258	21.473	Hedge Taxa pré-fixada

Swap

Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$ mil	Valor Passivo em R\$ mil	Apropriação Acumulada em R\$ mil
31/mai/17	jun/22	DI1	TR	50.000	74.547	61.563	12.983

31/12/2020

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	Exposição (notional) Total em R\$ mil
DI1	Vendido	jan/21	CDI	541	54.085
DI1	Vendido	abr/21	CDI	206	20.507
DI1	Comprado	jan/22	CDI	26	2.504
DI1	Vendido	abr/22	CDI	10	990
DI1	Vendido	jul/22	CDI	47	4.479
DI1	Comprado	jan/23	CDI	31	2.847
DI1	Vendido	jul/23	CDI	164	14.635
DI1	Comprado	jan/25	CDI	2	138

Swap

Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$ mil	Valor Passivo em R\$ mil	Apropriação Acumulada em R\$ mil
31/mai/17	jun/22	DI1	TR	50.000	71.682	60.792	10.890
31/mai/17	jun/21	DI1	TR	50.000	69.686	60.792	8.894

6. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Registra os pagamentos das obrigações operacionais, ainda não reportados pelas instituições financeiras no valor de R\$ 35.061 em 30/06/2021 (R\$ 27.041 em 31/12/2020). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os Impostos a recuperar são compostos da seguinte forma

a) Impostos a recuperar

ICatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo - Circulante		
Impostos a Recuperar	30/06/2021	31/12/2020
Imposto de Renda	9.213	9.210
Contribuição Social	8.220	8.220
COFINS	1.373	1.373
PIS	245	245
Outros	51	51
Total de Créditos Fiscais	19.102	19.099

b) Tributos diferidos

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias.

A seguir, as composições das diferenças temporárias:

Imposto de Renda/Contribuição Social	30/06/2021	31/12/2020
Ajuste TVM - Títulos disponíveis para Venda	1.983	-
Provisão de títulos a pagar - Prescrição	1.279	1.355
Contingências Trabalhistas	859	863
Contingências Cíveis	2.311	2.086
Contingências Fiscais	564	300
INSS s/aviso prévio - Exig.Suspensa	492	466
Redução a valor recuperável	1.320	1.320
Outras Provisões	2.435	2.869
Fundo de Marketing	735	738
Atualização Depósito Judicial	(19.953)	(20.451)
Participação nos Lucros e Resultados	24.720	39.959
COFINS Exigibilidade Suspensa	32.023	30.882
PIS Exigibilidade Suspensa	5.295	6.476
Total das Provisões temporárias	54.063	66.863
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	13.516	16.716
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	8.110	10.030
Total	21.626	26.746

(*) A Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 31/12/2021 para justificar a constituição do crédito tributário diferido a alíquota da CSLL de 20%, após aprovação da MP N° 1034/21.

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o CPC 32. Apresentamos abaixo quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no ativo não circulante, na rubrica "Créditos tributários e previdenciários".

Não Circulante	31/12/2019	Constituição	Realização /Reversão	31/12/2020	Constituição	Realização/ Reversão	30/06/2021
Imposto de Renda Diferido	7.625	17.907	(9.135)	16.397	4.235	(7.116)	13.516
Ativo - Diferenças Temporárias	7.625	18.262	(9.171)	16.716	1.446	(5.142)	13.020
Passivo - Ajuste de TVM	-	(355)	36	(319)	2.789	(1.974)	496
Contribuição Social Diferida	4.576	10.744	5.482	9.838	2.541	(4.269)	8.110
Ativo - Diferenças Temporárias	4.576	10.957	(5.503)	10.030	868	(3.085)	7.813
Passivo - Ajuste de TVM	-	(213)	21	(192)	1.673	(1.184)	296
Total	12.201	28.651	(14.617)	26.235	6.776	(11.385)	21.626

Conforme Circular Susep n° 517/15 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. A expectativa de realização dos créditos tributários de prejuízo fiscal e ou base negativa serão nos exercícios de 2021 a 2030. A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diferenças Temporárias - 2021 a 2030		
2021	1.702	7,87%
2022	2.742	12,68%
2023	2.699	12,48%
2024	2.627	12,15%
2025	2.519	11,65%
2026 a 2030	9.335	43,17%
Total	21.624	100%

A seguir, as composições de prejuízo fiscal e/ou base negativa e das diferenças temporárias e projeção de utilização para os próximos anos:

Prejuízo Fiscal e Base Negativa			
Não Circulante	Saldo em 31/12/2020	Constituição Realização	Saldo em 30/06/2021
Prejuízo Fiscal	16.625	(3.937)	12.688
Base Negativa	4.440	(128)	4.312
Total	21.065	(4.065)	17.000

Prejuízo Fiscal e Base Negativa - 2021 a 2030		
2021	2.545	14,97%
2022	4.099	24,11%
2023	4.034	23,73%
2024	3.925	23,09%
2025	539	3,17%
2026 a 2030	1.858	10,93%
Total	17.000	100%

8. DIFERIMENTO DE AQUISIÇÃO DOS CUSTOS - DAC

	31/12/2020	Constituições	Amortizações	30/06/2021
Custo de Aquisição Diferido	-	13.300	-	13.300
Total	-	13.300	-	13.300

9. OUTROS VALORES E BENS - DIREITO DE USO

Outros bens e valores estão distribuídos conforme abaixo:

	31/12/2020	Adições	Depreciação	30/06/2021
ATIVO	-	1.258	(315)	943
Não Circulante	-	1.258	(315)	943
PASSIVO	-	1.258	(382)	876
Circulante	-	834	13	847
Não Circulante	-	424	(395)	29

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2021
Arrendamentos a Pagar	
Arrendamentos a pagar	887
Juros de arrendamento	(11)
	<u>876</u>

10. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização	31/12/2020	Adições	Amortização	30/06/2021
Desenvolvidos Internamente		11.074	3.414	(324)	14.164
Marcas e patentes	0%	111	-	-	111
Sistemas de computação	20%	10.963	3.414	(324)	14.053
Adquiridos de Terceiros		23.755	-	(2.166)	21.589
Sistemas aplicados	20%	3.041	-	(462)	2.579
Balcão de Vendas	-	11.527	-	(1.203)	10.324
Resultado na Transferência de Carteira	-	9.187	-	(501)	8.686
Total		34.829	3.414	(2.490)	35.753

	Taxa anual de amortização	31/12/2019	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2020
Desenvolvidos Internamente		6.798	6.466	(1.575)	(615)	11.074
Marcas e patentes	0%	111	-	-	-	111
Sistemas de computação	20%	6.687	6.466	(1.575)	(615)	10.963
Adquiridos de Terceiros		15.258	13.021	-	(4.524)	23.755
Sistemas aplicados	20%	1.323	2.999	-	(1.281)	3.041
Balcão de Vendas (a)	-	13.935	-	-	(2.408)	11.527
Resultado na Transferência de Carteira (b)	-	-	10.022	-	(835)	9.187
Total		22.056	19.487	(1.575)	(5.139)	34.829

- (a) Balcão de Venda registra o valor pago pela compra do direito de comercialização em caráter de exclusividade, de produtos de capitalização nos canais de distribuição de Parceiras. Amortizado de acordo com o prazo de vigência do contrato que é de 20 anos com o Banese e 5 anos com o Banestes.
- (b) O ágio resultando da aquisição da carteira da Sulacap no valor de 10 MM será amortizado de acordo com o prazo médio restante de vigência dos títulos transferidos.

11. OBRIGAÇÕES A PAGAR

O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das demonstrações e o passivo não circulante registra obrigações após os 12 meses, compostas da seguinte forma:

	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		
Fornecedores a pagar	1.790	634
Participações nos lucros a pagar	5.288	13.071
Obrigações transitórias - Resgates e sorteios	7.934	5.500
Rateio de despesas administrativas a pagar	5.013	1.322
Outras Obrigações	4.626	7.859
Não circulante		
Participações nos lucros a pagar	17.832	25.288
Total	42.483	53.674

ICatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. DÉBITO DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

Os débitos das operações de capitalização estão classificados no passivo circulante e são compostos pelos valores a pagar de comissões e débitos relacionados a comercialização de produtos de capitalização.

	30/06/2021	31/12/2020
Excedente financeiro	1.620	843
Comissões e pró-labore a pagar	2.778	7.211
Outros débitos	2.646	358
Total	7.043	8.412

13. DEPÓSITO DE TERCEIROS

	30/06/2021	31/12/2020
1 até 30 dias	3.556	524
31 até 60 dias	85	11
61 até 120 dias	273	8
121 até 180 dias	200	7
181 até 365 dias	764	35
mais de 365 dias	2.543	2.081
Total	7.421	2.666

14. PROVISÕES TÉCNICAS – CAPITALIZAÇÃO

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data das demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 31/12/2020	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2021
Provisão Matemática para Capitalização	1.643.914	691.894	(646.068)	49.904	1.739.644
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	149.462	225.307	(231.004)	15	143.780
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	145.374	404.400	(397.535)	(13)	152.226
Provisão para Resgates	1.938.750	1.321.601	(1.274.607)	49.906	2.035.650
Provisão para Sorteios a Realizar	14.857	33.604	(35.257)	85	13.289
Provisão de Sorteios a Pagar	141.555	34.029	(33.819)	56	141.821
Provisão para Sorteios	156.412	67.633	(69.076)	141	155.110
Provisão para Distribuição de Bônus	37.253	4.969	(7.036)	729	35.915
Provisão para Despesas Administrativas	5.189	1.126	(1.427)	-	4.888
Outras Provisões	42.442	6.095	(8.463)	729	40.803
Total	2.137.604	1.395.329	(1.352.146)	50.776	2.231.563

	Saldos em 31/12/2019	Transferência de Carteira	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2020
Provisão Matemática para Capitalização	1.518.629	(48.895)	1.479.285	(1.437.173)	132.068	1.643.914
Provisão para Resgate de Títulos Antecipados	193.064	(50.141)	515.302	(508.638)	(125)	149.462
Provisão para Resgate de Títulos Vencidos	135.321	(37.467)	873.891	(826.759)	388	145.374
Provisão para Resgates	1.847.014	(136.503)	2.868.478	(2.772.570)	132.331	1.938.750
Provisão para Sorteios a Realizar	35.939	(13.157)	69.228	(76.259)	(894)	14.857
Provisão de Sorteios a Pagar	98.766	33.516	72.790	(63.289)	(228)	141.555
Provisão para Sorteios	134.705	20.359	142.018	(139.548)	(1.122)	156.412
Provisão para Distribuição de Bônus	79.476	(44.642)	25.266	(23.476)	629	37.253
Provisão para Despesas Administrativas	1.723	5.923	4.303	(6.760)	-	5.189
Outras Provisões	81.199	(38.719)	29.569	(30.236)	629	42.442
Total	2.062.918	(154.863)	3.040.065	(2.942.354)	131.838	2.137.604

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de Sensibilidade – Capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: Riscos de subscrição e Taxa de juros que não impactariam significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

- I) Para os Riscos de Subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 13%, definido com base na experiência dos últimos 3 anos de observação.
- II) Para a Taxa de Juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – ETTJ).

VARIÁVEL	Coberturas de Risco: Premissas	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
		30/06/2021	31/12/2020
Resultado Sorteio	Redução de 13% nos valores sorteados	(4.412)	(10.190)
Resultado Sorteio	Redução de 13% nos valores sorteados	4.412	10.190

15. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2021	31/12/2020
Provisões Técnicas - Capitalização:	2.231.563	2.137.604
Total a ser coberto	2.231.563	2.137.604
Ativos Vinculados à Cobertura de Reservas		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	1.665.886	1.862.928
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	649.774	416.359
Letra Financeira	15.397	12.818
Debêntures de Distribuição Pública	5.408	4.849
Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB	53.758	63.710
Total dos Ativos Vinculados	2.390.223	2.360.664
Equivalente de Caixa	1.320	12.164
Total de Aplicações	2.391.543	2.372.828
Excesso de Ativos Vinculados à Cobertura de Reserva	159.980	235.224

Os títulos mantidos até o vencimento são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 88.437 (R\$ 167.094 em 31/12/2020) maior que o valor contábil (nota 5.1).

16. PROVISÕES JUDICIAIS, OBRIGAÇÕES FISCAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1. Provisões Judiciais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas demandas cíveis, trabalhista e pelas discussões em que se questiona PIS e COFINS.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis							
Probabilidade de Perda	Quantidade	30/06/2021			31/12/2020		
		Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado		Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	
Provável.....	92	2.311	2.311	88	2.086	2.086	
Possível.....	145	5.617	-	134	5.291	-	
Remota.....	8	86	-	9	148	-	
Total	245	8.014	2.311	231	7.525	2.086	

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Causas Trabalhistas						
Probabilidade de Perda	Quantidade	30/06/2021		31/12/2020		
		Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável.....	12	859	859	14	863	863
Possível.....	9	1.736	-	7	1.174	-
Remota.....	-	-	-	-	-	-
Total	21	2.595	859	21	2.037	863

Causas Fiscais						
Probabilidade de Perda	Quantidade	30/06/2021		31/12/2020		
		Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Valor Provisionado
Provável.....	7	564	564	3	300	300
Possível.....	34	62.001	-	33	55.228	-
Total	41	62.565	564	36	55.528	300

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	Valor Provisionado			
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.473	1.147	300	2.920
Causas Adicionais.....	1.731	9	-	1.740
Causas Baixadas.....	(972)	(244)	-	(1.216)
Atualização Monetária	(146)	(49)	-	(195)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.086	863	300	3.249
Causas Adicionais.....	440	-	6.693	7.133
Causas Baixadas.....	(510)	(152)	(100)	(762)
Ajuste.....	133	105	(6.331)	(6.093)
Atualização Monetária	162	43	2	207
Saldos em 30 de junho de 2021	2.311	859	564	3.734

16.2. Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais

No grupo "Outras Contas a Pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	Saldo em 30/06/2021
Contribuição Social	120.003	-	1.882	(91.434)	30.451	-	308	-	30.759
COFINS	28.804	1.482	596	-	30.882	897	244	-	32.023
PIS	6.114	241	121	-	6.476	146	49	(1.376)	5.295
Total - Obrigações Fiscais	154.921	1.723	2.599	(91.434)	67.809	1.043	601	(1.376)	68.077

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Companhia	Tese	PIS		COFINS		CSLL		Total	
		Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Icatu Capitalização	Majoração de Alíquota (a)	-	-	-	-	33.219	30.759	33.219	30.759
	Alargamento da Base (b)	6.607	5.204	34.920	32.023	-	-	41.527	37.227
	Faturamento (c)	95	91	-	-	-	-	95	91
Total 30/06/2021		6.702	5.295	34.920	32.023	33.219	30.759	74.841	68.077

Companhia	Tese	PIS		COFINS		CSLL		Total	
		Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Icatu Capitalização	Majoração de Alíquota (a)	-	-	-	-	32.822	30.451	32.882	30.451
	Alargamento da Base (b)	6.402	5.018	33.723	30.882	-	-	40.125	35.900
	Faturamento (c)	2.003	1.458	-	-	-	-	2.003	1.458
Total 31/12/2020		8.405	6.476	33.723	30.882	32.822	30.451	75.010	67.809

(a) CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.

(b) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.

(c) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16.3 Depósitos Judiciais e Fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue. Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cíveis	303	211
Trabalhistas	277	330
Fiscais	80.158	80.264
Outros	-	28
Total Depósitos Judiciais	80.738	80.843

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo Inicial	80.264	169.375
Adições	1.031	5.713
Baixas	(1.916)	(97.450)
Atualização Monetária	779	2.626
Saldo Final	80.158	80.264

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado de R\$ 166.484 representado por 765.894.586 ações ordinárias.

b) Reservas de Lucros

As reservas de lucros de R\$ 18.129 (R\$ 18.129 em 31/12/2020) são compostos por:

Reserva Legal de R\$ 17.297 (R\$ 17.297 em 31/12/2020) que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76.

Reserva Estatutária de R\$ 832 que é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

c) Dividendos Mínimos Obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

A rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial” registra os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo registrado no Patrimônio Líquido é (R\$ 1.194) (R\$ 762 em 31/12/2020).

e) Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	158.070	153.017
Ajustes contábeis	(61.082)	(50.131)
Despesas Antecipadas	(192)	-
Créditos tributários - prej. fiscais IR/bases negativas de cont. social (-)	(17.000)	(21.065)
Ativo Intangíveis	(35.753)	(34.829)
Custos de aquisição diferidos	(13.300)	-
Ajuste Contábil - 50 % Ativos intangíveis ponto de venda CMR (+)	5.163	5.763
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	166.766	229.127
Ativos financeiros na Cat. mantidos até o vencimento	51.248	100.912
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. capitalização (+)	115.518	128.215
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	263.753	332.013
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de Risco de Crédito	56.360	45.901
Capital de Risco de Subscrição	10.501	10.292
Capital de Risco – Mercado	150.653	158.931
Capital de Risco – Redução por correlação	(39.718)	(35.079)
Capital de Risco – Operacional	9.854	6.535
Capital de Risco (CR) (b)	187.650	186.550
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	187.650	186.550
Patrimônio líquido ajustado	263.753	332.013
(-) Exigência de capital – EC	(187.650)	(186.550)
Suficiência de capital - R\$	76.104	145.463
Suficiência de capital (% da EC)	141%	178%

18. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a) (b) (c)	-	-	(15.398)	(14.509)	8.775	7.526	(3.908)	(39.179)
Icatu Assessoria Ltda. (Coligada) (b)	-	-	-	-	5.420	-	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda. (Ligada) (b)	-	-	-	-	292	-	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b) (e)	-	-	(62)	(110)	162	-	(323)	(368)
Icatu Fundo Multipatrocinado - FMP (Coligada) (d)	-	-	-	-	-	-	(1.260)	(942)
Vanguardacap Capitalização S.A. (Ligada) (b)	-	-	-	-	2	-	-	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Ligada) (b)	-	-	(2)	-	-	-	(2)	(28)
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) (b)	-	-	(6)	(34)	-	-	(38)	(242)
XS4 Capitalização (Ligada) (f)	660	-	-	-	-	-	-	-
Administradores (Outros) (c)	-	-	-	-	-	-	-	(1.189)
Total	660	-	(15.468)	(14.653)	14.651	7.526	(5.531)	(41.948)

ICatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

- Venda de títulos de capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer aos clientes da Icatu Seguros e da Rio Grande Seguros e Previdência uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido ao segurado pela Icatu Seguros. O registro contábil, em contas de resultado, tem seu efeito líquido registrado no grupo de operações de capitalização.
- Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do grupo Icatu Seguros e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;
- Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos Administradores conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros, registrado na rubrica "Despesas Administrativas", referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo;
- Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada, relativas ao plano de aposentadoria de contribuição variável, parcialmente patrocinado pela empresa, destinado a proporcionar complementação previdenciária aos seus funcionários;
- Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.

19. CARREGAMENTO

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

		30/06/2021		
Produto	Processo	% de Carregamento	Taxa de Juros	Índice de Correção
PU577IG	15414.901276/2018-50	5,79%	0,5% a.m.	TR
PM540T	15414.901667/2019-55	17,42%	0,5% a.m.	TR
PU579IG	15414.900829/2019-38	7,17%	0,5% a.m.	TR
PM564T	15414.901693/2019-83	10,38%	0,5% a.m.	TR
PM102T7	15414.002015/2011-89	16,99%	0,5% a.m.	TR

20. COMERCIALIZAÇÃO

O índice de comercialização está representado por modalidade de pagamento, da seguinte forma:

Índice de Comercialização	% Comercialização	
	30/06/2021	30/06/2020
Títulos de pagamentos únicos (PU)	0,62%	1,03%
Títulos de pagamentos mensais (PM)	13,55%	8,48%
Total	5,84%	5,27%

21. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

a) Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização

	30/06/2021	30/06/2020
Título de Capitalização Emitido	836.527	915.116
Devolução/Cancelamento Com Título de Capitalização	(22.539)	(22.418)
Reversão da Provisão Para Resgate	20.097	35.033
Constituição da Provisão Para Resgate	(689.852)	(741.591)
Total	144.233	186.140

b) Resultado com Sorteios

	30/06/2021	30/06/2020
Reversão da Provisão Para Sorteio	35.257	39.395
Constituição da Provisão Para Sorteio	(33.604)	(34.295)
Despesas Com Títulos Sorteados	(34.022)	(35.797)
Total	(32.369)	(30.697)

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Custo de Aquisição - Capitalização		
Despesas de Corretagem	(44.358)	(42.959)
Despesas de Remuneração Performance Mensal	(2.567)	(7.665)
Despesas de Custeamento de Vendas	(610)	(569)
Total	(47.565)	(51.193)
d) Outras Receitas e Despesas Operacionais - Capitalização		
Receita com Resgate de Título	4.956	7.025
Receita com Prescrição de Título	19.988	14.168
Despesas com Provisões	(351)	-
Outras Receitas/(Despesas) operacionais	(9.876)	(7.112)
Total	14.717	14.081
e) Despesas Administrativas		
Pessoal Próprio	(51.890)	(61.202)
Serviços de Terceiros	(7.242)	(9.941)
Localização e Funcionamento	(14.273)	(18.702)
Publicidade e Propaganda	455	(44)
Outras Despesas Administrativas	(10.403)	(11.206)
Total	(83.354)	(101.095)
f) Despesas com Tributos		
Impostos	(371)	(102)
COFINS	(5.563)	(6.852)
PIS	(904)	(1.114)
Taxa de Fiscalização	(639)	(639)
Outras Despesas com Tributos	(161)	(95)
Total	(7.638)	(8.802)
g) Resultado Financeiro		
Categoria - Disponível para Venda	4.310	2.628
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	4.310	2.628
Categoria - Mantido até o Vencimento	52.351	28.510
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	52.351	28.510
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	26.026	37.055
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	26.026	37.055
Outras Receitas Financeiras	179	1.959
Total – Receitas Financeiras	82.856	70.152
Categoria - Disponível para Venda	(1.561)	(39.155)
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	(1.561)	(39.155)
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado	-	(19.611)
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	-	(19.611)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Capitalização	(50.776)	(76.786)
Outras Despesas Financeiras	(1.302)	(2.732)
Total – Despesas Financeiras	(53.639)	(138.284)
Total	29.217	(68.132)

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2021		30/06/2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	23.342	23.342	(77.146)	(77.146)
Participações nos Lucros e Resultados	(5.748)	(5.748)	4.505	4.505
Resultado antes dos Impostos	17.594	17.594	(72.641)	(72.641)
ADIÇÕES	17.212	16.277	52.241	52.241
Adição Permanente	36	36	10	10
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	4.226	4.226	3.377	3.377
Outras Provisões	6.704	5.769	11.829	11.829
Participações nos Lucros e Resultados	5.748	5.748	4.505	4.505
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	-	-	2.773	2.773
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	498	498	29.747	29.747
EXCLUSÕES	(44.497)	(31.024)	(36.190)	(22.166)
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(3.715)	(3.715)	(3.292)	(3.292)
Outras Provisões	(19.755)	(6.282)	(29.968)	(15.944)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(40)	(40)	-	-
Participações nos Lucros e Resultados	(20.987)	(20.987)	(2.930)	(2.930)
Resultado Ajustado	(9.691)	2.847	(56.591)	(42.567)
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com Tributos	-	(299)	-	-
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	(7.633)	(2.346)	21.263	10.654
			-	-
Despesas com Tributos	(7.633)	(2.645)	21.263	10.654
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	-43,38%	-15,03%	29,27%	14,67%

Com aprovação da MP Nº 1034, alíquota da CSLL passará de 15% para 20% a partir de 1º de julho de 2021.

23. COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição Líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras Intermediárias de 30/06/2021 da Icatu Seguros.

Icatu Capitalização S.A.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e para os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Presidente**

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga
Luciano Soares

DIRETORIA**Diretor Presidente**

Luciano Snel Corrêa

Diretores

Alexandre Petrone Vilardi
César Luiz Salazar Saut
Marcio de Moraes Palmeira

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC RJ 076.168/O-7

Atuária

Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394